



Abordagem da variação e da mudança linguística em um curso de graduação em comunicação social – jornalismo e manutenção do preconceito linguístico na mídia¹

Approach of Variation and Linguistic Change in a Course of Graduation in Social Communication – Journalism and Maintaining Language Preconception in the Media

Tamires Regina Zortéa

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, Santa Catarina/ Brasil
tamiresreginazortea@gmail.com

Cláudia Andrea Rost Snichelotto

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, Santa Catarina/ Brasil
claudiarost@uffs.edu.br

Resumo: Neste artigo, investiga-se o tratamento da variação e da mudança linguística que perpassa os materiais didáticos das disciplinas de Redação e Expressão Oral I, II e III de um curso de graduação em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo – de uma Universidade Federal do Sul do Brasil. Por meio de levantamento documental, verificou-se se os materiais didáticos utilizados nas disciplinas realizam, além do ensino da gramática normativa, reflexões sobre a variação e a mudança da língua portuguesa do Brasil. Além disso, foram analisadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo (Resolução Nº 1, de 27 de setembro de 2013) e o relatório da última prova do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes aplicada no ano de 2015 para o curso de Jornalismo para verificar se são cobrados aspectos voltados ao emprego da linguagem e sob qual perspectiva. A hipótese é de que os materiais

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

didáticos utilizados no curso de formação do profissional jornalista contribuem com a intolerância para com as variedades linguísticas do Português Brasileiro. A partir da análise, constata-se que os materiais investigados promovem o ensino tradicional do padrão linguístico normativo, ou seja, diferentemente do que preconizam os estudos linguísticos atuais e o relatório da última prova do Enade, há uma discussão superficial sobre a variação e a mudança linguística no curso de Comunicação Social - Jornalismo, reproduzindo textos jornalísticos com temas sobre o “empobrecimento da língua”, que multiplicam as críticas que retratam a imprensa como uma das fontes de difusão do preconceito linguístico.

Palavras-chave: jornalismo; preconceito linguístico; ensino; variação linguística.

Abstract: In this paper, we investigate the approach to variation and linguistic change that pervades didactic materials of the disciplines of Writing and Oral Expression I, II and III of an undergraduate course in Social Communication - degree in Journalism – of a Federal University from the South of Brazil. Through documental research, it was verified if the didactic materials used in the subjects leave room for, in addition to the teaching of normative grammar, reflection on the variation and the change of the Portuguese language of Brazil. In addition, the National Curriculum Guidelines for the undergraduate course in Journalism (Resolution No. 1, September 27, 2013) and the report on the last test of the National Student Performance Examination applied in 2015 in the Journalism course were analyzed to check if language use aspects had been encompassed under what perspective. The hypothesis is that the didactic materials used in the training course of the professional journalist might foster intolerance towards the linguistic varieties of Brazilian Portuguese. From the analysis, it is verified that the materials investigated promote the traditional teaching of the normative linguistic standard, that is, unlike the current linguistic studies and the report of the last Enade test, there is a superficial discussion about variation and linguistic change in the Social Communication – Journalism course, reproducing journalistic texts with themes on the “impoverishment of the language” that increase the criticism that portrays the press as one of the sources of diffusion of linguistic prejudice.

Keywords: journalism; linguistic prejudice; teaching; linguistic variation.

1 Introdução

O português do Brasil, como todas as línguas naturais, é composto por muitas variedades, o que torna a realidade linguística heterogênea e rica. Todavia, o senso comum e os veículos que difundem a informação frequentemente rotulam esse comportamento linguístico heterogêneo como um desvio do padrão normativo ideal.

Muitos sociolinguistas brasileiros, por exemplo, Scherre (2005), Bagno (2001, 2007), Zilles e Faraco (2015), para citar alguns, têm produzido pesquisas sobre a amplitude e diversidade da realidade social da língua portuguesa do Brasil. No entanto, o trabalho desses pesquisadores nem sempre é compreendido e/ou apoiado pela sociedade.

Por vezes, o jornalista, como profissional responsável pela transmissão de informações, também se coloca contrário à heterogeneidade linguística, visto a exigência para que sua fala e sua escrita sejam isentas de “erros de português”. Essa necessidade de domínio genuíno do padrão normativo falado e escrito que acomete o jornalista pode ser um dos fatores responsáveis pela transmissão do preconceito linguístico, posto que o profissional começa a desenvolver uma intolerância a tudo o que é diferente no que diz respeito ao uso da língua, como o uso de uma variedade menos prestigiada pelo jornalista, por exemplo.

Essa concepção, que toma como erro o comportamento linguístico que não segue o padrão normativo prestigiado, atinge o jornalista não somente na sua atuação profissional, mas desde sua formação acadêmica, momento importante em que passa a construir seus conceitos como profissional. Destarte, o tratamento dado à língua portuguesa e a forma como o conceito de língua é transmitido ao longo do curso de Jornalismo poderão determinar a visão sobre a língua desse profissional futuramente em seu campo de trabalho.

Weber (2009, p. 143) analisou o conteúdo das ementas das disciplinas de Redação de cursos de Jornalismo de universidades federais do Rio Grande do Sul. Ela constatou que,

na contramão das propostas dos estudos linguísticos e para maior aflição daqueles que já se assustam com a ‘gramatiquice’ e os preconceitos linguísticos da imprensa brasileira, a normatividade continua com um grande espaço nos conteúdos de língua dos cursos de Jornalismo, sendo vista como base para a escrita. Ao mesmo tempo, os estudos linguísticos, quando aparecem nas ementas, têm um viés mais técnico do que reflexivo, além de, muitas vezes, bibliograficamente pouco embasados. A discussão sobre variação e/ou preconceito linguístico está praticamente ausente de objetivos e conteúdos em todas as instituições analisadas, tendo recebido apenas uma menção na bibliografia de um dos cursos de Jornalismo investigados.

Neste artigo, objetiva-se investigar o tratamento da variação e da mudança linguística nas disciplinas de Redação e Expressão Oral de um curso de graduação em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo. Por meio de um levantamento documental, analisa-se os materiais didáticos utilizados nas disciplinas para verificar-se se realizam, além do ensino da gramática normativa,² reflexões sobre a variação e a mudança da língua portuguesa do Brasil. Além disso, também foram analisadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo (Resolução Nº 1, de 27 de setembro de 2013) e o relatório da última prova do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)³ aplicada no ano de 2015 para o curso de Jornalismo com o intuito de verificar se são cobrados aspectos voltados ao emprego da linguagem e sob qual perspectiva.

Nossa hipótese é de que os materiais didáticos utilizados no curso de formação do profissional jornalista contribuem com a intolerância para com as variedades linguísticas do Português Brasileiro. A importância da realização deste estudo justifica-se pelo fato de permitir a compreensão de que a formação do jornalista e de sua visão sobre a linguagem humana e, mais especificamente, sobre as questões relativas à variação e à mudança linguística perpassam as disciplinas da graduação.

Feita esta breve apresentação, este artigo está organizado em quatro seções. Na primeira, apresenta-se a abordagem da língua e da variação pela mídia; na segunda, são detalhados os procedimentos metodológicos da pesquisa; na terceira, são realizadas as análises sobre o objeto de estudo – as apostilas de Redação e Expressão Oral do curso de Comunicação Social - Jornalismo –, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo (Resolução Nº 1, de 27 de setembro de 2013) e o relatório da última prova do Exame Nacional

² Görski e Rost (2008, p. 33) explicam a gramática normativa/prescritiva como “conjunto de regras que *devem ser* seguidas. O uso linguístico que atende a essas regras é dito ‘correto’; o que não obedecer às regras é taxado de ‘errado’”. Apoia-se nesta explicação a compreensão sobre gramática normativa apresentada neste trabalho. A gramática retratada é tópico presente e ensinado por meio dos materiais didáticos das disciplinas de Redação e Expressão Oral, do curso de Jornalismo.

³ O Enade “avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação”. Mais informações sobre o exame podem ser obtidas no portal do INEP: <http://portal.inep.gov.br/enade>.

de Desempenho dos Estudantes aplicada no ano de 2015 para o curso de Jornalismo; e na quarta e última seção expõem-se as considerações finais do trabalho.

2 Língua, variação e preconceito linguístico na mídia

Diariamente, convive-se com indivíduos que possuem uma diversidade de pontos de vista e opiniões. O jornalista é um dos profissionais que, por lidar diretamente com as pessoas, deve ter conhecimento sobre como trabalhar com as palavras, para que elas não atinjam negativamente a ninguém. Devido a isso, seu papel comporta mais do que transmitir a realidade: é responsável por difundir o respeito aos diferentes usos da língua na sociedade.

Entende-se por língua o sistema que permite a relação entre os indivíduos na comunidade, “se manifesta na organização de seus diferentes níveis, da fonologia à semântica. Esse sistema abstrato [...] se opõe à fala, ou seja, ao uso concreto e individual que dá vida ao idioma” (BAGNO, 2007, p.10).

Conforme explicam Zilles e Faraco (2015), mesmo que a abordagem da variação linguística tenha crescido consideravelmente e apesar de todos os estudos realizados na área linguística, ainda causa reações negativas na sociedade que, na maior parte das vezes, não compreende ou não possui interesse por conhecer a realidade linguística do país. “O senso comum tem escassa percepção da língua como um fenômeno heterogêneo que alberga grande variação e está em contínua mudança” (ZILLES; FARACO, 2015, p. 7). Devido a isso, a variação e a mudança são vistas como um desvio da norma prestigiada, um “erro” que tem de ser combatido para que a língua não seja afetada.

No entanto, a língua apresenta heterogeneidade, o que significa que ela não é homogênea como acredita-se que é. Pelo contrário, a língua é composta por variedades, uma diversidade de formas de expressão que a afastam do caráter homogêneo disseminado pela escola e pela mídia. Bagno (2007) explica que:

Dizer que a língua apresenta variação significa dizer, mais uma vez, que ela é heterogênea. A grande mudança introduzida pela Sociolinguística foi a concepção de língua como um ‘substantivo coletivo’: debaixo do guarda-chuva chamado língua, no singular, se abrigam diversos conjuntos de realizações possíveis dos

recursos expressivos que estão à disposição dos falantes.
(BAGNO, 2007, p. 39)

Desta forma, fica claro que a natureza do comportamento linguístico homogêneo idealizado é uma construção que contradiz a realidade da língua. A ideia de correção, assim, é relativa e também construída socialmente por aqueles que fazem uso da variedade prestigiada da língua. Mesmo assim, permanece sendo tratada como regra por diversos grupos.

Um desses grupos é o dos jornalistas, no qual a concepção de língua é compreendida simplesmente como um meio de comunicação, desconsiderando-se sua riqueza e diversidade, o que acaba por contribuir com a disseminação do preconceito linguístico na mídia, que defende a língua denominada padrão. Por serem veículos de comunicação de massa, são potenciais veículos de difusão desse tipo de preconceito.

O profissional de jornalismo é criticado por linguistas, como Bagno (2001, 2007) e Scherre (2005), por adotar, por diversas ocasiões, uma postura preconceituosa com relação ao uso da língua, por defender firmemente o emprego da norma padrão e não admitir “erros”, tanto na língua falada como na escrita. Weber (2009) expõe que essa posição rígida da imprensa acaba aflorando críticas sobre a produção jornalística.

O jornalista, como profissional da palavra, por falta de aprofundamento da ciência linguística, tende a disseminar o preconceito linguístico, segundo Scherre:

Essa crença se manifesta nos julgamentos depreciativos, desrespeitosos e jocosos dos usuários das línguas e das variedades das línguas. Assim, eu diria que o preconceito linguístico é mais precisamente o julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e, conseqüentemente, humilhante da fala do outro (embora o preconceito sobre a própria fala também exista). (SCHERRE apud ABRAÇADO, 2008, p.12)

Ainda, para Scherre (2005, p. 38), que expõe a realidade do preconceito retratado pela mídia brasileira, “como representantes legítimos da sociedade brasileira, os jornais brasileiros, de forma mais ou menos explícita, apresentam situações diversas de preconceito linguístico”, podendo ser essas situações visualizadas em vários canais e meios de comunicação, como jornais, televisão, rádio e também nos meios digitais.

Segundo Weber (2009), essa transmissão de preconceito linguístico não é originada sem motivação. Fatores como o ensino repassado na graduação ao aluno de jornalismo e as pressões do mercado de trabalho influenciam em sua visão sobre a língua e, conseqüentemente, em suas ações negativas.

Fica evidente, dessa forma, a importância do papel do curso de jornalismo na formação destes profissionais, sendo que o jornalista leva para o mercado de trabalho os ensinamentos que adquire no meio universitário. Se a educação linguística do jornalista não compreende o estudo da variação, mas somente os estudos gramaticais normativos, ele incorporará em seu trabalho a incompreensão e a não aceitação da diversidade da língua.

Weber (2009) explica, também, sobre a necessidade de direcionar mais estudos linguísticos para o campo jornalístico, pois acredita que o maior contato do profissional com a variação linguística desde a universidade é um importante fator que pode findar o preconceito difundido pela mídia.

Nessas discussões sobre usos e discursos da mídia envolvendo a língua portuguesa no Brasil, são colocados em cena vários aspectos importantes: o imaginário normativo presente no senso comum, os interesses da imprensa em respaldar na língua o trabalho jornalístico, o preconceito linguístico, o ensino de língua nas escolas, os manuais de redação, a necessidade de adequação da língua ao público, entre outros. Porém, existe outro fator que, a nosso ver, é um importante mediador entre jornalistas e língua na vida profissional: o ensino de língua nos cursos de Jornalismo. É no curso de graduação em Jornalismo que o sujeito sofrerá um redirecionamento dos usos da língua portuguesa: seja na forma escrita ou oral, ela será seu principal instrumento de trabalho ao longo da vida profissional. (WEBER, 2009, p. 135)

Desta forma, mesmo adquirindo conhecimentos sobre a língua desde a escola e no decorrer da vida profissional, a graduação torna-se um momento importante que molda ideias e informações. Se os conhecimentos sobre a diversidade da língua não fizerem parte do aprendizado de forma ampla, o jornalista não obterá o conhecimento de forma completa e continuará a reproduzir o preconceito socialmente.

Além disso, por se tratarem de profissionais que estão em contato constante com a população e por trabalharem com a língua escrita

e falada, os jornalistas são muito cobrados em relação à linguagem que utilizam. Não raro, é possível visualizar, em diversos meios de comunicação, reclamações por quaisquer deslizes cometidos no uso da língua portuguesa, pois eles são considerados “profissionais da palavra”, desta forma, a eles não são admitidos os denominados “erros de português” seja na fala, seja na escrita. De acordo com Weber:

No mercado de trabalho, os jornalistas colocam em prática seus conhecimentos linguísticos, reproduzindo ou inovando estilos de escrita, ‘acertando ou errando’ na sintaxe e na ortografia, reproduzindo a concepção de jornalismo e de língua que aprenderam (também) na universidade. Embora conhecimentos sobre a língua sejam construídos ao longo de toda a vida do sujeito, com uma interferência muito significativa da escola sobre esse processo, acreditamos que o curso de Jornalismo tem um papel fundamental nesse sentido, pois redireciona os usos da língua para uma atividade profissional. (WEBER, 2009, p. 131)

Esta posição estabelecida em parte pela sociedade, em parte pelas instituições de ensino, que buscam a formação de um “bom profissional”, que fale e escreva “corretamente”, acarreta na modificação da visão de língua por parte do próprio jornalista, que também passa a crer na condição de “certo vs. errado” e de que sua atuação enquanto escritor e comunicador de textos jornalísticos não pode admitir o uso de uma língua que não seja o padrão normativo.

Para compreender, no entanto, as ações do jornalista frente à variação linguística, é necessário entender sua visão de língua. Para o profissional, a língua geralmente é vista como um veículo de comunicação, um meio pelo qual ocorre a expressão:

o discurso jornalístico somente incorpora e revela uma exterioridade, ou seja, a linguagem é um instrumento que reinscreve os conflitos reais entre padrões e empregados. A linguagem serve unicamente para comunicá-los, expressá-los, reproduzi-los” (OLIVEIRA, 2011, p. 699)

Esse fato é o que torna difícil a apresentação da língua em sua constituição e com sua variação.

3 Procedimentos metodológicos

Nosso *corpus* foi constituído por planos de ensino⁴ e apostilas⁵ que compõem as disciplinas de Redação e Expressão Oral I, II e III, de um curso de jornalismo, ministradas nos anos de 2013 e 2014, buscando verificar o tratamento da variação e da mudança linguística do Brasil. Também foram analisadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo (Resolução Nº 1, de 27 de setembro de 2013) e o relatório da última prova do Enade, aplicada no ano de 2015 para o curso de Jornalismo com o intuito de verificar se são cobrados aspectos voltados ao emprego da linguagem e sob qual perspectiva.

A presente pesquisa concentrou-se na análise documental dos planos de ensino e das apostilas utilizadas em três semestres da disciplina de Redação e Expressão Oral, visando investigar a discussão sobre a diversidade linguística pelos graduandos.

Os planos de ensino das disciplinas são apresentados no início das apostilas. São apresentados os conteúdos ministrados no decorrer do semestre, bem como as avaliações a serem realizadas por ele. Por meio deste plano pode-se, de início, compreender o que será apresentado aos acadêmicos. No entanto, para maior aprofundamento na análise foi necessário avaliar, também, os conteúdos presentes nas apostilas.

O ensino e a abordagem da língua portuguesa no curso de graduação em jornalismo é constante, por se tratar da redação jornalística nos meios digital, impresso, na área do telejornalismo e radiojornalismo. No entanto, na presente pesquisa optou-se por analisar somente as disciplinas que comportam o “ensino da língua portuguesa”, ministradas por professor graduado em Letras, mestre e doutor na área de Letras e Linguística.

⁴ Para Maurílio (2015, p.1) o plano de ensino “serve de instrumento de trabalho de modo amplo. É um organizador de referência para o processo de ensino-aprendizagem que ocorrerão [sic] durante um curso”, ou seja, trata-se de um planejamento para programar as ações que serão realizadas pelos professor ao ministrar uma disciplina.

⁵ As apostilas neste trabalho mencionadas são compostas por material impresso, cujo conteúdo serve de base para ministrar uma disciplina. Neste caso, para a disciplina analisada neste trabalho, de Comunicação e Expressão Oral, são utilizadas três apostilas.

4 Apresentação e análise dos dados

O curso de Jornalismo, sobre o qual foram realizadas as análises, apresenta três disciplinas de Redação e Expressão Oral, ministradas nos três primeiros semestres do curso. Estas disciplinas tratam, em sua extensão, sobre o aprendizado da língua portuguesa, que também está presente no plano de ensino de outras disciplinas, porém não com o mesmo foco e aprofundamento como apresentado nas disciplinas em análise.

4.1 Análise das apostilas e dos planos de ensino de Redação e Expressão Oral

As apostilas de Redação e Expressão Oral foram organizadas em capítulos curtos e numerados. Cada capítulo conta com textos extraídos de livros e jornais, exemplos sobre o conteúdo abordado, e apresenta questões para fixação do conteúdo.

A apostila de Redação e Expressão Oral I apresentou, em seu plano de ensino, os seguintes conteúdos: Linguagem, Língua e Fala; Signo Linguístico; Língua e variedade Linguística; Textualidade e Estilo: funções da linguagem; Texto e Textualidade: denotação e conotação; Linguagem Literária: figuras de linguagem; Estrutura e Organização textual; Narrar, descrever, argumentar e Tipologia textual.

Um dos títulos, “Língua e Variedade Linguística”, chamou-nos a atenção por apresentar conteúdo referente à diversidade da língua. No entanto, somente cinco páginas foram destinadas ao tema. Esse capítulo apresenta somente um título, sendo ele Ensino da Língua e Variedade Linguística; e aborda conteúdos como preconceito linguístico; bilinguismo; tratamento da escola sobre a questão dialetal e identidade linguística. São apresentados exemplos para explicar o que é a variação linguística e como variedades podem ser percebidas.

O conteúdo discutiu temas e conceitos interessantes, como imigração; vocabulário, sintaxe e pronúncia; estigma; língua estrangeira; dialeto; variantes e variável. No entanto, sem aprofundamento teórico dos principais conceitos. Além disso, há pouco conteúdo, sendo que das cinco páginas destinadas à variação, apenas uma página e meia explica o que é a variação e diversidade linguística, apresentando nas demais páginas questões (como exemplo: o que é variedade linguística? Qual o papel da escola quanto à problemática que envolve o ensino da língua?

O que é língua padrão ou norma culta?) que, se não forem aprofundadas pelo professor na sala de aula, não apresentam condições de serem respondidas, devido à falta de conhecimento sobre o tema repassado pela apostila. Exemplos disso podem ser observados nos seguintes excertos da apostila:

- a) “A escola deve estar consciente na sua tarefa de promoção da qualificação técnica, linguística e científica, mas não negar a cultura e a identidade linguística de seus alunos provenientes da periferia”. Nesse caso, inicia-se a explicação sobre a variação linguística, que, no entanto, é apresentada superficialmente, sem a explicação dessa “identidade linguística” da “periferia”.
- b) “Ensinar a criança a ler livros em uma variedade estigmatizada (o caipira, por exemplo) seria uma forma de limitar suas futuras oportunidades de acesso a um melhor padrão de vida”. Esse excerto também é questionável, visto que apresenta apenas a variedade “caipira” como estigmatizada, como grande quantidade de livros didáticos. Outras variedades também poderiam ser discutidas.

Sobre a atuação do professor, Cyranka (2015, p.35) explica que

Há que se desenvolver uma nova atitude do professor de português. [...] o que cabe ao professor é, simplesmente, considerando as experiências reais de seus alunos quanto ao uso da língua portuguesa, considerando a variedade linguística que eles utilizam e sua capacidade de nela se expressarem, conduzi-los nas atividades pedagógicas de ampliação de sua competência comunicativa.

É interessante ressaltar, no entanto, que logo no início da apostila de Redação I, e antes do conteúdo sobre variação linguística, é apresentado um texto intitulado “O banco da língua”, cujo autor é escritor e produz textos para um jornal brasileiro, o qual difunde o “empobrecimento” da língua portuguesa devido aos jargões, gírias e não uso da variedade prestigiada. O autor escreve colunas em um jornal do Estado de Santa Catarina, do qual esse texto foi retirado, o que demonstra o uso da mídia para a divulgação de textos que pregam a importância do uso normativo da língua. Para Bagno,

uma breve revisão do que tem sido publicado na imprensa brasileira nos últimos quinze anos sobre língua e ensino da língua mostra o quanto de incompreensão e intolerância reina neste campo tão importante das relações sociais e da conquista da cidadania. (BAGNO, 2007, p. 20)

Algumas frases empregadas pelo colunista merecem destaque por contribuírem com a disseminação do preconceito linguístico como “deterioração da língua portuguesa, em constante mutação etimológica”; “papo recheado de gírias e abreviaturas”; “os bascos, todos sabemos, valem-se até do terrorismo para preservar e manter a ‘língua-mãe’”; “Nosso português parece tão ‘esbarronado’, como gostam de denunciar os d’além mar, referindo-se ao ‘dialeto brasileiro, falho, rasgado e desmoronado’”; “as autoridades educacionais deveriam criar uma espécie de ‘banco da palavra’”; “estamos urgentemente necessitados de um guardião para a nossa língua”; “linguagens populares e jargões [...] estão ‘dialetizzando’ o português brasileiro”.

Por meio dessas expressões, fica clara a não aceitação da existência da diversidade linguística, além disso, asserções como “dialeto brasileiro, falho, rasgado e desmoronado” dão o entendimento de que há somente uma variedade falada e escrita no país, uma única língua que sofre retaliações de “erros”, “gírias” e “jargões” que as pessoas introduzem e fazem com que a língua empobreça. Conforme explica Faraco:

Temos um percurso histórico que nos fez rechaçar nossas características linguísticas cultas e adotar uma norma artificial. Esta postura histórica deu origem a uma cultura normativa estreita, categórica e dogmática, sem qualquer fundamento em pesquisas linguísticas e filológicas sistemáticas. (FARACO, 2015, p.25)

Além disso, questiona-se o motivo de acrescentar esse texto à apostila logo antes do capítulo que trata sobre a variação e diversidade linguísticas, pois ao texto não é acrescentada nenhuma explicação e ele não faz parte do capítulo em questão para ser tomado como exemplo de ocorrência do preconceito linguístico. Desta forma, parece que ele contradiz o conteúdo seguinte, que trata da diversidade.

As outras duas apostilas, utilizadas nos semestres que se seguem ao primeiro, não apresentam nenhum conteúdo relacionado ao assunto sobre variação e mudança linguística. Tratam apenas, assim como na maior parte da apostila de Redação I, sobre questões da boa produção de texto, estrutura da notícia e da reportagem e tipologia textual.

Quanto aos planos de ensino das apostilas II e III, nada se encontra também, sobre variação e mudança linguística. O plano de ensino da apostila II tem como tópicos a produção de textos; construção de texto expositivo; tópicos gramaticais e ensino dos diversos tipos textuais. Enquanto o da apostila III apresenta tópicos sobre a interação e linguagem; argumentação, linguística textual; revisão gramatical; e ensaio crítico.

Desta forma, as questões sobre variação linguística se resumem a cinco páginas, discutidas no início do primeiro semestre do curso de jornalismo. Nos demais semestres a disciplina de Redação e expressão Oral, que é responsável sobre o ensino da língua portuguesa, trata exclusivamente sobre o ensino do padrão normativo.

4.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo e o relatório da última prova do Enade

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo estabelecem pontos importantes e essenciais para o ensino do acadêmico de jornalismo. São elaboradas considerando vários pontos de vista, contendo recomendações provindas da Comissão de Especialistas, que preside e elabora as diretrizes, de profissionais da área, organizações sindicais e, inclusive, da população em geral.

As Diretrizes estabelecem como objetivo a revisão do conhecimento e dos materiais que fazem parte do curso de jornalismo, buscando aperfeiçoar cada vez mais a formação dos futuros profissionais. São dispostos diversos itens que compõem a estruturação do curso de jornalismo, expostos no **tópico intitulado** “Conteúdos Curriculares”.

Entretanto, na análise realizada sobre as Diretrizes, nada foi encontrado referente ao estudo da língua em sua diversidade. O trecho abaixo, único momento que se aproxima do assunto “diversidade”, retirado do plano de Diretrizes, expõe que tem-se como necessário, para o campo jornalístico

Conhecer, em sua unicidade e complexidade intrínsecas, a história, a cultura e a realidade social, econômica e política brasileira, considerando especialmente a diversidade regional, os contextos latino-americano e ibero americano, o eixo sul-sul e o processo de internacionalização da produção jornalística. (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE JORNALISMO, 2009, p. 17)

Explica-se, desta forma, a necessidade de conhecer a realidade social, mas não se inclui a variação linguística nesta realidade. Além disso, explanou-se sobre a necessidade de estudar a comunicação humana, porém nada consta sobre o estudo do principal meio que permite o trabalho do jornalista: a língua. Assim sendo, é possível compreender que nem mesmo nas Diretrizes para o curso de jornalismo verificasse o estudo aprofundado da língua em sua diversidade, o que seria imprescindível para um profissional que trabalha com a língua e com as relações humanas e sociais.

Além das Diretrizes, a presente análise contemplou o relatório da última prova do Enade, realizada para os cursos de jornalismo no ano de 2015. Com o intuito de se verificar se são cobrados aspectos voltados ao emprego da linguagem e sob qual perspectiva foi analisado o relatório da prova do Enade. Esse relatório contém a explanação sobre as questões da prova, avaliação das respostas desenvolvidas pelos alunos, índices de desempenho na prova, explicação sobre a importância da realização da prova e considerações dos avaliadores sobre o desempenho final dos alunos de comunicação social.

Logo no início do texto, expõe-se sobre os principais tópicos considerados necessários para a completa formação do jornalista.

I – propor e formular pautas; II – selecionar fontes, utilizando critérios de pertinência e independência; III – sistematizar e organizar os processos de produção jornalística; IV – formular questões e conduzir entrevistas; V – interpretar, contextualizar e investigar fatos e informações; VI – elaborar notícias e reportagens, produzir textos e mensagens jornalísticas; VII – demonstrar domínio dos processos de edição jornalística; VIII – planejar coberturas jornalísticas; IX – trabalhar em equipe com profissionais da área e de diferentes áreas; X – desenvolver projetos na área de comunicação jornalística; XI – dominar, experimentar e inovar as linguagens jornalísticas; XII – adequar o texto jornalístico à diversidade linguística, social e cultural do público; XIII – demonstrar domínio da língua nacional para a interpretação e elaboração de textos gerais e especializados na área. (RELATÓRIO SÍNTESE DA ÁREA COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO/ENADE, 2015, p. 9)

Pela primeira vez se observa em um documento oficial a menção à adequação do texto à diversidade linguística do público, como se vê

no inciso XII. No entanto, no inciso XIII, é mencionado o domínio da língua nacional para interpretação e elaboração de textos. Embora seja ressaltada a importância do estudo da diversidade linguística, o que revela uma concepção de língua e de gramática como um sistema heterogêneo, portanto histórica e socialmente contextualizada, não se verifica a avaliação desse tema na prova, ou seja, não se exige do aluno compreensão e desenvolvimento sobre esse tema. A prova apresenta, em seu total, 49 questões, dividindo-se entre questões discursivas, nas quais os acadêmicos devem produzir um texto dissertativo; questões de múltipla escolha, com temas que são abordados no curso de comunicação, bem como atualidades; e, por fim, devem ser respondidas questões de percepção sobre a prova, as quais são, também, de múltipla escolha, solicitando que o aluno demonstre sua opinião sobre o grau de dificuldade da prova, se esta foi clara e objetiva, e se houve dificuldades para sua realização.

Além disso, ainda sobre o relatório, são diversos os pontos em que se enfatiza a importância da “língua padrão” por parte dos acadêmicos ao realizarem a prova. Boa parte do desenvolvimento, ainda expõe sobre os erros gramaticais dos alunos, decorrentes dos “desvios de grafia relacionados à variação” (RELATÓRIO SÍNTESE DA ÁREA COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO/ENADE, 2015, p. 70), que não são permitidos, principalmente em se tratando de um profissional da palavra, como o jornalista.

Outro momento de importante destaque expõe sobre a “falta de domínio de vocabulário mais abstrato e de maior complexidade, essencial ao desenvolvimento do texto de base dissertativa” (RELATÓRIO SÍNTESE DA ÁREA COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO/ENADE, 2015, p. 73), o que se torna contraditório, por ser uma das bases do jornalismo a necessidade da produção de textos simples e de fácil entendimento, para que se atinja a maior parte da população e para que a mesma possa compreender sem dificuldades as notícias que são transmitidas, facilitando o acesso à informação.

Em momento algum expõe-se sobre o preconceito linguístico, e mesmo que seja exposto conteúdo sobre a diversidade linguística, percebe-se que, na prática, não é considerada. Isto pode ser observado devido às exigências de que a linguagem do jornalista seja composta por “estrutura formal”, “abstrata”, “complexa”, com “domínio do registro padrão da língua” e sem desvios (RELATÓRIO SÍNTESE DA ÁREA COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO/ENADE, 2015).

5 Considerações finais

A análise empreendida permitiu compreender como é desenvolvido o ensino referente à língua em um curso de Jornalismo, demonstrando a base que sustenta as concepções do profissional sobre língua portuguesa. Muito do que o jornalista desenvolve no mercado de trabalho provém dos ensinamentos que recebe durante sua graduação, o que faz com que esse momento acadêmico seja definidor de suas atitudes, que podem ser portadoras de preconceito ou não.

O jornalista, por vezes, como pode ser observado em meios de comunicação, busca dissertar sobre a língua, porém sem conhecer sua realidade social, seus usos e estilos e as diversificadas variações que apresenta. Neste ínterim, ideias incorretas e incompletas sobre a linguagem podem ser transmitidas em meios de comunicação de massa, atingindo a população, que passa a sustentar preconceitos. No entanto, conforme apresenta esta análise, isso pode ocorrer por falta de aprofundamento nos estudos sobre a língua, e não com a intenção de prejudicar o entendimento de língua.

A disciplina de Redação e Expressão Oral é ministrada durante três semestres do curso, abrange o período inicial de formação do jornalista e busca ampliar o conhecimento dos acadêmicos sobre a língua. Entretanto, o que se encontra em seu conteúdo e planos de ensino diz respeito à gramática normativa, produção textual conforme a norma padrão e exemplos de como não escrever para não empobrecer a língua e transmitir uma linguagem “falha, rasgada e desmoronada”, conforme explica um dos textos base da apostila de Redação e Expressão Oral I.

Foram encontradas somente cinco páginas referentes ao ensino da variação e diversidade linguística, que, inclusive, são antecedidas e precedidas por textos que explicam a necessidade da manutenção da variedade padrão e do não uso de dialetos e jargões por parte do jornalista. Ao mesmo tempo em que a realidade da diversidade linguística é exposta – mesmo que superficialmente – são apresentados textos jornalísticos com temas sobre o “empobrecimento e dialetização da língua”, contradizendo todos os tópicos que abordam a variação linguística.

Os aspectos encontrados na disciplina que aborda a língua portuguesa no curso de Jornalismo em questão demonstram o quão superficial é o ensino da língua para os jornalistas que estão em formação. Da mesma forma, as Diretrizes Curriculares do curso de jornalismo e

o relatório da prova Enade pregam a necessidade de conhecimentos sociolinguísticos, que na prática não são exercidos, pois expressa-se a necessidade de considerar a variação e a mudança linguística, mas ao mesmo tempo não são desenvolvidos estudos e nem avaliações sobre esses temas.

Percebe-se, desta forma, que ideias não aprofundadas sobre a língua, e que não retratam sua realidade, são expostas aos acadêmicos, proliferando a intolerância à diversidade. No entanto, o ato de não falar sobre a língua e suas particularidades, mesmo ela sendo principal meio de trabalho do jornalista, também difunde mitos e inverdades. Como consequência, multiplicam-se as críticas que retratam a imprensa como uma das principais fontes de difusão da intolerância e do preconceito linguístico.

Referências

ABRAÇADO, Jussara. Entrevista com Maria Marta Pereira Scherre sobre preconceito lingüístico, variação linguística e ensino. *Revista Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Preconceito lingüístico e cânone literário*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 11-26, 1. sem. 2008. Disponível em: http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=31:no-36-preconceito-linguistico-e-canone-literario&catid=6. Acesso em: 20 mar. 2018.

BAGNO, Marcos. *A língua de eulália*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CYRANKA, Lucia F. Mendonça. A pedagogia da variação linguística é possível? In: ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto. *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE JORNALISMO. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.

ENADE 2015 - EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2015/jornalismo.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.

FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto. *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

GÖRSKI, Edair Maria; ROST, Cláudia Andrea. *Introdução aos estudos gramaticais*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.

MAURÍLIO, Hildacy. *et al.* A elaboração do plano de ensino. Disponível em: <https://prezi.com/4rqqcbj-wvyn/7-a-elaboracao-do-plano-de-ensino/>. Postado em 2 dez. 2015. Documento eletrônico. Acesso em: 08 nov. 2018.

OLIVEIRA, Sabrina Moreira de Moraes. As concepções de linguagem nas definições de jornalismo. *Revista Estudos, Goiânia*, v. 38, n. 4, p. 693-706, out./dez. 2011. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/viewFile/2335/1430>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

WEBER, Andrea Franciele. *O ensino de língua portuguesa nos cursos de jornalismo e o discurso sobre a língua na imprensa*. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/24996>. Acesso em: 05 mar. 2018.

ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto. *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

Recebido em: 09 de setembro de 2018.

Aprovado em: 12 de novembro de 2018.